

Produção agrícola e alimentação – tendências para o futuro

Heloisa H. T. Camargo

Sumário

1. Perspectivas da FAO para 2015-2030. 2. As tendências da agricultura brasileira. 3. Conclusão.

1. Perspectivas da FAO para 2015-2030

Previsões de longo prazo são frequentemente consideradas meros exercícios de futurologia, pelo grande número de variáveis envolvidas e pelo alto grau de incerteza inerente a esse tipo de estudo. Entretanto, certas tendências identificadas e as possibilidades de acontecimentos relacionados com determinados cursos de ação recomendam a análise desses documentos pelos formuladores das políticas públicas.

Estudo elaborado em 2002 pela FAO (Food and Agriculture Organization) sobre o panorama da agricultura mundial para o período 2015/2030 confirma a tese de que haverá alimentos em quantidade suficiente para alimentar a população estimada para o período, “mas que milhões de pessoas nos países em desenvolvimento permanecerão famintos e que permanecerão sérios muitos dos problemas ambientais causados pela agricultura”¹.

Conforme a fonte anteriormente citada, permanecerá a tendência já observada de redução na taxa de crescimento de população, bem como uma redução na pressão da

Heloisa H. T. Camargo é Consultora Legislativa para a área de agricultura.

agricultura nos recursos naturais. Entretanto, para mais de 1,1 bilhão de pessoas vivendo em extrema pobreza, em sua maioria no meio rural, o crescimento econômico baseado nas atividades agrícolas permanece essencial para melhorar suas condições de vida.

Embora reconheça a importância do comércio internacional no aumento da segurança alimentar, a FAO estima que o déficit comercial agrícola dos países em desenvolvimento aumentará de forma drástica até 2030. Recomenda, para aperfeiçoar o papel do comércio exterior no desenvolvimento agrícola, maior acesso aos mercados da OECD (Organization for Economic Co-operation and Development)² e a eliminação de tarifas, em especial dos produtos agrícolas processados, tanto nos países desenvolvidos como naqueles em desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, o estudo alerta para os riscos da globalização na agricultura, pois a maior atuação das multinacionais nos mercados locais pode reduzir a capacidade de decisão dos agricultores. Assim, admite que, para obter os benefícios do processo, os países em desenvolvimento necessitam de estruturas legais e administrativas para controlar eventuais prejuízos.

O mencionado documento também identificou algumas tendências de caráter mundial, capazes de afetar a produção agrícola e de alimentos no período 2015-2030, que apresentamos de forma sumária nos parágrafos seguintes.

Sobre a pressão demográfica, o documento confirma a tendência de decréscimo da taxa de crescimento da população mundial, passando dos 1,7% aa observados nos últimos trinta anos para 1,1% aa até 2030. Também estima que um maior número de indivíduos apresentará melhoria nos padrões alimentares, com um consumo estimado de 3.050 kcal. diárias comparado com as 2.360 kcal. na metade da década de 60 e das 2.800 kcal. estimadas atualmente.

O aumento na qualidade, com maior ingestão de proteína animal, e o alcance, por expressivos segmentos da população, de

padrões alimentares adequados do ponto de vista nutricional acabam por estabilizar ou mesmo reduzir a demanda por alguns tipos de alimento. Esse fato ocorre porque, uma vez satisfeita a necessidade nutricional, o consumo fica estabilizado para a população cuja demanda foi atendida. Entretanto, em muitos países em desenvolvimento, existem boas perspectivas para a expansão da demanda por alimentos, tanto pelo aumento da renda quanto pela sua melhor distribuição.

Evidentemente tais estimativas são de caráter geral, pois, mesmo considerando as expectativas de aumento na qualidade e no número de pessoas beneficiadas, substanciais parcelas da população mundial ainda sofrerão o flagelo da fome. O declínio dos atuais 777 milhões de famintos para os estimados 440 milhões em 2030 não é sequer compatível com as metas estabelecidas em 1996, na Cúpula Mundial de Alimentação. Nessa ocasião, foi proposta a meta de reduzir a metade, em 2015, os 815 milhões de famintos existentes em 1990-92.

Embora a projeção indique um crescimento substancial no consumo de carnes e produtos lácteos, os cereais ainda constituem a maior fonte de alimentos da humanidade, tanto para consumo humano quanto para ração animal. A pesquisa estima que será necessário um bilhão de toneladas de cereais adicionais para atender a demanda no período considerado.

A mesma fonte considera que os países em desenvolvimento deverão tornar-se cada vez mais dependentes das importações de cereais, carnes e produtos lácteos, pois a produção local não será capaz de atender as necessidades alimentares da população. Foi estimado que em 2030 esses países produzirão apenas 86% da sua demanda por cereais, com as importações passando das atuais 103 milhões de toneladas para 265 milhões de toneladas em 2030.

Embora tanto os países tradicionalmente exportadores quanto os emergentes no mercado internacional de produtos agrícola-

las possam atender ao aumento da demanda, persiste o fato de que os países mais pobres encontrarão dificuldades em pagar as importações de alimentos. A vulnerabilidade destes países às mudanças climáticas, como secas e inundações, também deverá agravar o quadro de dependência das importações de alimentos para atender a demanda interna, drenando recursos escassos para as aquisições de cereais, carnes e produtos lácteos nos países desenvolvidos.

Uma conclusão de grande importância é a que indica o aumento da produtividade agrícola como o principal responsável pelo aumento da produção. Assim, nos países em desenvolvimento, o aumento na produção será devido, em aproximadamente 70%, ao aumento da produtividade. A incorporação de novas áreas de cultivo ocorrerá de forma mais lenta, mas o deflorestamento continuará preocupante, especialmente em áreas da América do Sul e da África.

Outro fator crucial para os países pobres foi o aumento da área irrigada, que deve passar dos 202 milhões de hectares atuais para 242 milhões em 2030. Também a disponibilidade e o acesso aos recursos hídricos foram considerados como decisivos para a agricultura e o abastecimento alimentar no futuro. Estima a FAO que um em cada cinco países em desenvolvimento sofrerá com a escassez de água e que uma política de uso racional dos recursos hídricos para a agricultura, que consome aproximadamente 70% da água disponível, será essencial para garantir a produção agrícola.

Sobre as tecnologias, as previsões são da maior utilização daquelas capazes de aliar aumento na produtividade com proteção ambiental, tais como plantio direto, manejo integrado de pragas e de nutrientes. Sobre a biotecnologia, mais precisamente sobre a utilização de organismos geneticamente modificados, o estudo reconhece o potencial para aumentar a produção agrícola, mas recomenda o aperfeiçoamento de testes e protocolos de segurança para sua maior utilização.

O referido estudo também aborda um problema muito sensível, decorrente da utilização de novas tecnologias capital-intensivas, ou seja, a impossibilidade de os pequenos produtores, especialmente na pecuária, competirem com as grandes empresas, provocando sua expulsão do mercado. Recomenda a FAO a adoção de políticas específicas para evitar que esses grupos não percam suas fontes de subsistência, gerando mais pobreza no meio rural. Sobre a pesca, o estudo confirma o esgotamento já observado dos recursos pesqueiros naturais e a necessidade de investimentos em aquicultura para atender a demanda por esse tipo de proteína.

Resumindo, mesmo considerando as previsões de longo prazo, o estudo confirma algumas tendências evidentes na atualidade, como o aumento na dependência dos países pobres por alimentos importados. Outras previsões, como a maior utilização de tecnologias não agressivas ao meio ambiente, os aumentos na produção com base na produtividade, a redução da taxa de incorporação de novas áreas agrícolas, o esgotamento de recursos naturais e a necessidade de controle na utilização dos recursos hídricos, também podem ser observadas na atualidade.

A necessidade de políticas públicas capazes de garantir a inclusão no mercado de pequenos agricultores, mesmo na presença de empresas capital-intensivas, pode ser considerada uma tendência já existente, inclusive nos países desenvolvidos, onde um conjunto de políticas de incentivo, inclusive com a concessão de subsídios, garante a permanência dos produtores nos mercados local e internacional.

Para finalizar, foi confirmado o importante papel dos governos dos países em desenvolvimento na proteção dos interesses dos produtores e consumidores locais do comércio internacional, utilizando todos os recursos legais e políticos disponíveis para evitar as perdas decorrentes do processo de globalização.

2. As tendências da agricultura brasileira

Comparando as estimativas globais apresentadas pela FAO para a agricultura e a alimentação no horizonte 2015-2030, é viável interrogar se algumas dessas tendências estão presentes no setor agrícola brasileiro.

Uma importante tendência observada, a de redução da taxa de expansão da área cultivada e da maior rentabilidade como fonte de crescimento da produção, está confirmada na agricultura brasileira. Na safra 2001/2002, a produção foi de mais de 100 mil t., enquanto na safra 1995/1996 foi de 69 mil t. No mesmo período, a rentabilidade passou de 1,98 t. por hectare para 2,61 t., o que correspondeu a um aumento de 31,8%³.

Atualmente estão presentes na agricultura brasileira indicativos como acréscimo das áreas irrigadas, maior regulamentação de uso dos recursos hídricos, adoção de tecnologias menos agressivas com o meio ambiente, reformulação do processo de ocupação das terras agriculturáveis. Embora o deflorestamento continue a ocorrer em taxas preocupantes, especialmente na Região Norte e Centro-Oeste, é válido afirmar que o crescimento da produção agrícola depende cada vez menos da incorporação de novas áreas e cada vez mais da utilização de novas tecnologias e do conseqüente aumento da produtividade.

Outras importantes tendências mundiais identificadas no Brasil são a redução do ritmo de crescimento da população e uma realidade em que existem alimentos suficientes para o atendimento da população, sendo fome e desnutrição conseqüências diretas da situação econômica em que vivem as populações atingidas.

Pesquisa apresentada pelo FIBGE informa que o Brasil “termina o século marcado pela permanência da desigualdade: na década de 90, o rendimento dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres cresceu 38% (passando de 13,30 salários mínimos para 18,40) e 40% (da fração de 0,70 salário míni-

mo para 0,98), respectivamente, mantendo inalterada a elevada concentração da renda na sociedade brasileira”⁴.

De fato, “a fome que subsiste no Brasil é, essencialmente, uma questão de acesso aos alimentos e não uma questão de disponibilidade. O país produz mais do que o necessário para atender as demandas alimentares da população e, no entanto, não consegue promover uma distribuição eqüitativa desses alimentos”⁵.

Outra característica mundial também observada no Brasil é que a maior pobreza e a maior carência nutricional ocorrem no meio rural, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste. Essa regiões ainda hoje apresentam os maiores problemas relacionados ao acesso a alimentação e nessas regiões o meio rural é o mais seriamente comprometido⁶.

No que se refere à importância do comércio internacional de produtos agrícolas como promotor do desenvolvimento, citamos o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que informou em setembro do corrente ano ter a “balança comercial do agronegócio apresentado em agosto um superávit de US\$ 2,051 bilhões, resultado das exportações de US\$ 2,409 bilhões e importações de US\$ 358 milhões”. A mesma fonte menciona que a “participação dos produtos do agronegócio representou 41,9% do total arrecadado com as exportações brasileiras registradas no mês de agosto, US\$ 5,751 bilhões”⁷.

Entretanto, como exemplo dos danos causados pelo protecionismo dos países desenvolvidos, cabe mencionar que os produtores de soja brasileiros deverão recorrer à OMC (Organização Mundial do Comércio), pois entendem que os subsídios norte-americanos para a soja devem provocar um prejuízo de aproximadamente US\$ 900 milhões para o Brasil. Estudo elaborado pela CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) mostra que, “em um cenário de eliminação dos programas de subsídios, os preços da *commodity* teriam sido 9,19% maiores”. O mesmo documento detalha que apenas a re-

dução dos preços causou um prejuízo de aproximadamente US\$ 600 milhões, enquanto a redução da produção brasileira causou uma perda estimada em US\$ 247 milhões⁸.

Produtos como suco de laranja e, fora do setor agrícola, o aço ilustram, com precisão, a diferença entre o discurso e a prática no comércio internacional. Entretanto, o próprio estudo apresentado pela FAO reconhece o problema e advoga a necessidade de mecanismos legais e administrativos capazes de proteger os produtores agrícolas dos países menos desenvolvidos. Ou seja, cabe ao governo brasileiro garantir aos nossos produtores oportunidades de acesso ao mercado internacional, pois sem esse apoio, mesmo produzindo de forma eficiente, não existe possibilidade de uma competição equilibrada.

Também deve ser mencionada a tendência do aumento da importação de alimentos. No caso específico do Brasil, citamos trigo e produtos lácteos, cujo abastecimento tradicionalmente depende do comércio internacional. As importações de trigo passaram de 25,2 mil t. em 1992 para 7.181,2 mil t. em 2001 e, no mesmo período, as compras de produtos lácteos como leites, creme de leite e queijos passaram de 43 mil t. para 142 mil t⁹.

Mesmo considerando que o país é tradicionalmente auto-suficiente nos produtos alimentares básicos e que tem capacidade para produzir internamente quase tudo o que consome, a tendência de aumento na dependência de produtos alimentares merece muita atenção quando da elaboração de políticas agrícolas.

3. Conclusão

Documento elaborado pelo governo e representantes da sociedade civil do Brasil apresentado em 1996, na Cúpula Mundial de Alimentação, apresentou a seguinte definição de segurança alimentar :

“A Segurança Alimentar e Nutricional significa garantir, a todos, con-

dições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidades suficientes, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana”.

Considerando que no ano 2000 a proporção de indigentes atingiu 13% da população brasileira, equivalente a aproximadamente 22 milhões de pessoas, e que a concentração da renda e o desemprego persistem, a segurança alimentar e nutricional definida em 1996 não está presente na vida de grande parcela da população brasileira.

As análises da FAO e as tendências observadas internamente indicam que a agricultura é capaz de proporcionar alimentos em volume suficiente para atender as necessidades alimentares da população como um todo. Também comprova que a produção agrícola pode expandir-se pelo aumento na produtividade, com tecnologias não agressivas ao meio ambiente, respeitando e preservando a natureza.

As observações indicam ainda que, na era da globalização, o sucesso de um país em garantir a permanência dos produtores na atividade agrícola, o acesso dos mesmos aos mercados externos em termos competitivos e a satisfação das necessidades alimentares e nutricionais da população depende muito da ação do governo no estabelecimento de políticas públicas internas e da vigorosa defesa dos interesses nacionais no cenário internacional.

Para finalizar, é importante lembrar que as tendências para o futuro não são imutáveis – podem ser modificadas pela vontade política e o melhor momento para construir o futuro sempre foi o presente.

Notas

¹ FAO – World Agriculture 2030: global food production will exceed population growth. Dispo-

nível em: <<http://www.fao.org/english/news-room/news/2002/7828-en.html>>. Acesso em: 2002.

² Entre os países membros, mencionamos França, Alemanha, Dinamarca, Noruega, Finlândia, Espanha, Portugal, Suíça, Reino Unido, USA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Japão e Coréia.

³ BEGHIN, Nathalie et al (Coord.). A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação no Brasil. Brasília: IPEA, 2002.

⁴ FIBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2000. Disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br/ibge/presidencia/noticias/0404sintese.shtm>>.

⁵ BEGHIN, Natalie (op. cit).

⁶ “O Mapa da Fome mostrou, em 1993, que o Nordeste continua apresentando índices extremamente elevados de indigência, com todas suas conseqüências, entre as quais a fome e a desnutrição

da população atingida. Índices menos elevados, mas também presentes em outras regiões, mostram que o país conserva bolsões de miséria em todo o seu território. Nas zonas mais populosas, como as das áreas metropolitanas no Sudeste, o número de famílias em condição de pobreza extrema é significativo. Contudo, é na área rural que, proporcionalmente, a indigência mostra-se mais severa. Os índices de mortalidade infantil e na infância e os indicadores de peso e altura de crianças até 5 anos confirmam o que foi demonstrado no Mapa da Fome, apontando o Nordeste brasileiro em uma situação inaceitável, principalmente em sua área rural”. MENEZES, Francisco. Panorama atual da segurança alimentar no Brasil. (S. l.): BASE, [19 --?].

⁷ Agência Brasil, 04/09/2002

⁸ Gazeta Mercantil - 04/09/2002

⁹ Fonte: SECEX/MDIC; CONAB.